----------ATA----------

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de trinta de setembro dois mil e vinte e dois. --- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Verde, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão de vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois; ----------

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; ----------

-----3.- Período de antes da ordem do dia; ----------

-----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: ----------

-----4.1.- Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio Económico de Caráter Eventual a Agregados Familiares Carenciados; ----------

-----4.2.- Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere aprovar o projeto de Regulamento Municipal da Mera Comunicação Prévia e Fiscalização de Espetáculos de Natureza Artística; ----------

-----4.3. - Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Fiscais à Habitação e à Reabilitação Urbana de Vila Verde; ----------

-----4.4.- Discussão e votação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. ----------

-----Ponto 5. - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; ----------

-----Ponto 6. - Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia; ----------

-----Ponto 7. - Período de intervenção aberto ao público. ----------

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e três membros. ----------

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. ----------

-----Face ao pedido de ausência por um período inferior trinta dias, formulado pelos cidadãos Manuel Dias de Barros, Mara Alexandra da Cunha Silva Alves, Hélder Morais Oliveira e Daniel Alves Vieira, foram empossados em substituição dos mesmos, respetivamente, os cidadãos Cláudio Domingues dos Santos Carvalho, Flora de Jesus da Silva Lomba Gomes, João Pedro Lima Cerqueira e Marcelo Daniel Machado Duarte. ---

-----O Plenário relevou, por unanimidade, as seguintes faltas a esta mesma sessão: Carlos Manuel Brito Cação, Presidente da União de Freguesias do Vade, que foi representado pelo Tesoureiro da mesma Edilidade, Bruno Rodrigues; Manuel Alves Rodrigues, Presidente da Junta da União de Freguesias de Marrancos e Arcozelo, que foi substituído pelo Tesoureiro, Abel Horácio Sousa Ferreira; Hélder Forte, Presidente da Junta de Freguesia de Cervães, que se fez representar pelo Vice-Presidente António Fernandes Faria; José Miguel Gomes Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de

Parada de Gatim, que se fez representar pelo Primeiro Vogal, José Miguel Gomes Fernandes; José Manuel Lopes, que se fez representar pelo Segundo Vogal, Carla Sofia Rocha Magalhães. ----------

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de trinta de de junho de dois mil e vinte e dois foi aprovada por maioria, com sessenta e dois votos a favor, zero voto contra e uma abstenção. ----------

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou a ata número oito da reunião da Junta de Freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar relativa à eleição da Presidente da Junta de Freguesia, Maria dos Prazeres Ferreira Araújo, por falecimento do Edil António José da Silva Dias, tendo ficado, assim, registada esta substituição e tendo igualmente a Presidente da Junta de Freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar assinado o termo de posse. Mais revelou que havia rececionado um abaixo-assinado contra a instalação de unidades industriais em Atiães, endereçado através de membros da comunidade da mesma freguesia, tendo o Presidente da Mesa lido, na íntegra, o teor do texto introdutório e de fundamentação daquela tomada de posição. Mais esclareceu que o mesmo documento havia sido reencaminhado para a Presidente do Órgão Executivo do Município, para os fins tidos por convenientes. Aludiu ainda a uma correspondência endereçada por Aurélio Cabral Fernandes contendo cópia do mesmo abaixo-assinado.----------

-----No ponto 3 - período de antes da ordem do dia -, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do teor de um voto de pesar, decidido em sede de Comissão Permanente, pelo falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar, António José da Silva Dias, que se passa a transcrever: "António José da Silva Dias deixou-nos, precocemente, no passado dia 21 de julho, aos 68 anos de idade. Natural de Aboim da Nóbrega, nasceu em 23 de agosto de 1953 e tornou-se desde muito cedo uma figura querida e respeitada na freguesia, graças à sua dedicação à causa pública e à sua intensa e longa participação cívica nas instituições da comunidade local. Durante mais de quatro décadas, foi Presidente do Rancho Típico das Lavradeiras de Aboim da Nóbrega. Em termos profissionais, notabilizou-se como empresário da construção civil. O seu abnegado caráter e o amor à terra que o viu nascer falou cada vez mais alto, de modo que também se entregou como autarca ao desenvolvimento de Aboim da Nóbrega e da Freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar, tendo exercido as funções de membro da Assembleia de Freguesia, de Tesoureiro da Junta e de Presidente da Junta de Freguesia, cargo para o qual foi eleito nas eleições autárquicas de setembro de 2021. Assim, reconhecendo o cariz excecional do seu percurso cívico e político e tomando o seu legado como um exemplo de participação cívica e de entrega à causa pública, a Assembleia Municipal de Vila Verde aprova um voto de pesar pelo falecimento do

Senhor António José da Silva Dias, apresentando as mais sentidas condolências à sua esposa e a todos os seus familiares e amigos enlutados e fazendo um minuto de silêncio." Seguiu-se um minuto de silencia pelo falecimento do ex-Edil de Aboim da Nóbrega e Gondomar. ----------

-----Ricardo Cerqueira apresentou uma moção intitulada "Atribuição Automática da Tarifa Social de Água, Saneamento e de Resíduos", na qual considerou que a autarquia devia mobilizar os meios ao alcance para mitigar os efeitos da inflação; muitas famílias já se encontravam numa situação de carência económica, enfrentando dificuldades para pagar as despesas fixas, como a fatura da água; a instituição de uma tarifa social de água, saneamento e resíduos tinha sido uma medida importante pata muitas famílias, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo; a aplicação desta tarifa social ainda era dependente de um moroso e complexo processo burocrático, fazendo com que o número de beneficiários fosse manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido; estava disponível, através da DGAL, a adesão do Município ao mecanismo público da plataforma interoperabilidade que permitia a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade identificados no Município com base nos dados da Autoridade tributária e da Segurança Social; a adesão a esta automatização da tarifa havia já sido aprovada em diversos concelhos; a ERSAR, já em dois mil e dezoito, em recomendação aos municípios, realçara a clara vantagem para as partes envolvidas dessa atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos; notava ainda a ERSAR que, sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, se deveriam aplicar as mesmas regras em matéria de tarifa social, em particular no tocante ao universo de utilizadores elegíveis; o Decreto-Lei número 147/2017 estabelecera o regime de tarifa social, competindo aos municípios a sua aplicação, permitindo que a atribuição da tarifa se fizesse de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento, obtendo os municípios a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL que, para o efeito, consultava os serviços da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira; a automatização da tarifa social da água poderia, desta forma, beneficiar aproximadamente quatro mil e quinhentos agregados familiares, em Vila Verde; em tempos de acelerada perda de rendimentos, tornava-se mais urgente a desburocratização de um processo que garantia a justa equidade na distribuição e consumo do bem essencial que era a água. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Verde, deliberava instar a Câmara Municipal de Vila Verde a tornar a atribuição de tarifa social de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos automática, dispensando a

apresentação de requerimento, através dos mecanismos previstos para o efeito, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017. ----------

-----O Presidente da Mesa referiu que se lhe deparavam dúvidas jurídicas relativamente à possibilidade de, desde já, nesta sessão, se deliberar no sentido de instar o Município em ordem à aplicação automática da tarifa, tal e qual como constava nos mecanismos do referido Decreto-Lei, pois não o tinha presente. Quis saber se algum membro do Executivo estava habilitado a justificar/explicar ao Plenário a fórmula de atribuição daquela tarifa social, caso contrário, deixariam esta assunto para posterior apreciação com um parecer validado da parte do Executivo, ou então punha à consideração do Plenário. -----O Vereador Patrício Araújo interveio para esclarecer que a proposta de Ricardo Cerqueira não era nova, havia já sido objeto de um parecer da DGAL, a qual havia claramente disposto que deviam ser os municípios a regulamentar esta forma de atribuição da tarifa social e a Câmara Municipal de Vila Verde assim fizera, através do artigo número 166 do Regulamento Municipal de Água, Saneamento e Resíduos, definindo claramente a forma de atribuição daquela tarifa social, de uma forma genérica e transversal aplicada a todos os consumidores domésticos. Neste momento, o primeiro escalão já era por si só uma tarifa social aplicada a todos os utilizadores, na medida em que mil litros de água custavam quarenta e quatro cêntimos. Assim, estariam a chover no molhado se quisessem regulamentar aquilo que já estava regulamentado. Competiam aos municípios os termos em que as pessoas podiam aceder àquela tarifa automática e a forma como a mesma era atribuída. ----------

-----O Presidente da Mesa considerou que era ao Executivo que competia regulamentar esta matéria. Ainda assim, ia colocar a Moção a votação. ----------

-----Susana Silva, do PSD, referiu que, independente das dúvidas da sua bancada relativamente à utilização da expressão "instar o Município", competia ao Município definir as regras para atribuição da tarifa social e o mesmo já tinha esta situação definida no Regulamento, pelo que não vislumbravam a necessidade da alteração em apreço nem se lhes afigurava claro o que se pretendia com aquela atribuição automática, razão pela qual iram votar contra a Moção. ----------

-----Ricardo Cerqueira reiterou que era competência do Município regulamentar a atribuição em apreço e, para demonstrar as dificuldades com que deparavam as pessoas na requisição da mesma, referiu que as palavras que usara na sua intervenção correspondiam a cerca de um terço dos termos do artigo regulamentar sobre esta matéria. A tarifa automática já era aplicável à energia e a ERSAR recomendava que a mesma fosse também aplicada na água. ----------

-----O Presidente da Mesa propôs a Ricardo Cerqueira que considerasse a passagem de Moção a Recomendação e a substituição, na mesma, da palavra instar por sugerir, mas o deputado municipal do Bloco de Esquerda manifestou-se no sentido de que tivesse lugar

a votação da Moção, tendo a mesma sido rejeitada com trinta e cinco votos contra, doze abstenções e doze votos a favor. ----------

-----Pedro Araújo, do PS, interveio para referir que "vivemos tempos difíceis" e iriam viver tempos tão mais difíceis quanto maior fosse a sua inércia. Não podiam continuar com este estilo de vida; não podiam chegar a meio do ano com os recursos naturais desse ano já gastos; não podiam apenas agir porque financeiramente era ruinoso, mas deviam também agir quando estavam a destruir a sua casa. E todos tinham culpa; todos consumiam mais do que deveriam. Era preciso agir, individual e coletivamente. O concelho de Vila Verde estava mal preparado para os desafios que se aproximavam; circular sem ser de automóvel era extremamente difícil. As vias de comunicação e os estacionamentos não estavam preparados nem pensados para acolher outros meios de transporte que não os automóveis; os transportes públicos eram escassos ou inexistentes. Os edifícios, na sua generalidade, não estavam pensados para serem eficientes e muito mais podia ser enumerado. Perguntou ainda, à Sra. Presidente da Câmara Municipal, que medidas estava o Município de Vila Verde a adotar para minimizar o seu peso energético e quais haviam sido as indicações dadas aos diversos departamentos do Município. ----------

-----Emanuel Machado, do PS, referiu que, volvidos seis meses sobre a sua intervenção acerca do predisposto na Lei número 39/2021, de vinte e quatro de junho, que tinha vindo definir o regime jurídico da criação, modificação e extinção de freguesias, continuavam a ver o Município de Vila Verde pávido e sereno, sem uma postura ativa e diligente para que todas as freguesias pudessem escolher o seu futuro, sendo que o trabalho encetado pelo Município para reverter a unificação de freguesias era nulo. Pediu à Senhora Presidente e à sua equipa que assumissem a sua posição para obviar a equívocos e a ocultações. Quis saber quando estavam a pensar ouvir a população e disponibilizar informação para uma opção consciente. Esta questão não podia continuar de parte, os munícipes tinham que ser esclarecidos e apoiados e uma franja considerável da população continuava a implorar uma resolução deste dilema estrutural que interferia diretamente nas suas vidas pessoais e profissionais em assuntos de foro administrativo, assim como na eficiência da gestão das necessidades de cada localidade. Assim, a bancada do PS solicitava à Edil que tomasse uma posição sobre esta matéria e que fosse clara no modo como via o futuro do concelho no tocante à organização administrativa. -

-----Patrícia Daniela Gonçalves, do PS, referiu que, em Vila Verde, a problemática do lixo fazia jus ao ditado popular segundo o qual o que nascia torto tarde ou nunca endireitava. No Verão, Vila Verde deixava de ser tão verde, para passar a uma pintura com o lixo como fundo. A mesma oradora aludiu ao seguinte: ao aumento das rotas e dos dias de recolha do lixo, sendo necessário reforço no Verão, dado o aumento da população, o qual, a existir, não se havia afigurado suficiente; à necessidade urgente de

aumentar os pontos de recolha e instalar mais contentores para RSU e para resíduos orgânicos; deslocação dos pontos de recolha de lixo de locais de passagem, nas EN, por exemplo, mais propícios a gerar acumulação de lixo, sendo que, quando os mesmos estavam em locais interiores, eram utilizados pelas populações locais que tinham mais cuidado; a necessidade de tornar os espaços envolventes dos ecopontos mais apelativos, colocando-os em bases de cimento facilitadoras da limpeza do espaço. Soutelo era o exemplo de muitas freguesias a serem verdadeiros livros de reclamações de assuntos que não eram da sua competência e a verem-se obrigadas a tomar medidas para combater esta situação, em resultado da inércia do Município. Evocou as medidas executadas na mesma freguesia: a implementação do Sr. Soutelo, colocando junto de cada ecoponto essa imagem, procurando sensibilizar a população acerca desta problemática e informar sobre os dias de recolha. Se era certo que iam ter de esperar até dois mil e vinte e quatro para ter um novo contrato, também era verdade que existiam medidas que podiam desde já ser colocadas em prática: fiscalização do Município às entidades competentes para a recolha do lixo, não se podendo aceitar que as mesmas não cumprissem com obrigações como os dias e horas de passagem nos locais de recolha. Não raro, ouvia rotular este assunto como falta de civismo da população e até concordava, mas discordando, porquanto também cabia às entidades públicas encontrar uma solução eficaz e duradoura. A população não podia nem merecia esperar até dois mil e vinte e quatro. Ainda esta semana, em sede de Assembleia de Freguesia, vira o Presidente da sua Junta de Freguesia ser confrontado com este assunto, tendo sido questionado no sentido de se saber porque razão o camião do lixo não passava a horas; porque não havia afixação de horas/dias de passagem do mesmo; porque é que a Junta não mandava colocar mais ecopontos; porque é que Soutelo, com mais de dois mil e quinhentos habitantes, apenas tinha um contentor para resíduos orgânicos, sito num centro empresarial; porque é que a Junta não fiscalizava estas situações. A mesma oradora do PS dirigiu-se ao vereador do Ambiente para lhe dizer que era urgente que olhasse para aquele assunto e que tomasse medidas para o remediar. Quis saber quais os progressos feitos para a resolução desta problemática e quais as novas medidas que pretendia implementar para evitar as lixeiras a céu aberto. Solicitou também esclarecimentos sobre as campanhas de sensibilização e que tipo de campanhas tencionava desenvolver proximamente. Concluiu considerando que o serviço "monstros e monos" funcionava e tinha tido um feedback positivo dos Vilaverdenses, pelo que eram mais medidas como estas, quer na qualidade quer na eficiente execução, que necessitavam ser implementadas no concelho. ----------

-----José Duarte Sousa, do PSD, apresentou um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Vila Verde. Referiu que os incêndios eram um flagelo nacional que resultava em enormes danos pessoais, ambientais e patrimoniais para as pessoas, Nos

passados dias vinte e três, vinte e quatro e trinta e um de agosto, o concelho de Vila Verde, sobretudo na parte norte, tinha sido assolado por vários focos de incêndio em simultâneo, situações que lavaram à mobilização de várias corporações de bombeiros e demais entidades que, juntamente com os Bombeiros Voluntários de Vila Verde, haviam ajudado no combate às chamas. Assim, o grupo parlamentar do PSD não podia deixar de relembrar todas aquelas instituições que prontamente tinham auxiliado os Vilaverdenses na defesa das suas casas, terrenos e florestas, nomeadamente os Bombeiros Voluntários de Vila Verde, Amares, Barcelos, Braga, Caldas das Taipas, Famalicão, Fão, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Viatodos, Vieira do Minho, Vizela e Barcelinhos, bem como a Força Especial de Proteção Civil, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, o Comando Distrital de Operações de Socorro, a GNR e a sua Unidade de Proteção Emergência e Socorro, sem esquecer as equipas municipais e a população em geral que se mobilizara para colaborar no terreno. Atendendo à realidade dramática que se havia vivido naqueles dias, consideravam premente louvar e demonstrar publicamente todo o trabalho meritório daqueles homens e mulheres que disponibilizavam o seu tempo e as suas capacidades em favor da causa pública. Considerando que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, ao longo da sua história, já centenária, sempre tinha realizado um trabalho ímpar quer no combate aos incêndios quer na assistência à população e respetivos bens, propunha que a Assembleia Municipal deliberasse apresentar aos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, em representação de todas as corporações de bombeiros e demais unidades supra mencionadas, um voto de louvor pelo empenho, pela disponibilidade, pela luta, pela audácia, pelo altruísmo com que sempre assumiam a primeira linha no combate aos incêndios florestais e no auxílio à população. ----------

-----Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade. ----------

-----Carlos Pedro Castro, do PSD, interveio para aludir à questão da eficiência e poupança energética, considerando que estava em causa a redução de gastos energéticos em períodos temporais certos e uma adequação de medidas que ajustassem o aproveitamento dos recursos naturais, como o sol durante o dia para iluminação natural e para o aquecimento dos edifícios nos períodos mais frios, assim como o arejamento dos mesmos ou o uso de cortinas e corta luz nos períodos mais quentes. A substituição de luzes incandescentes por lâmpadas led e o simples desligar de aparelhos e computadores contribuía para diminuir os custos energéticos. A mitigação dos custos e a maximização dos recursos naturais sempre fora a política do Município, podendo dar o exemplo nos edifícios escolares, no edifício do Município e na biblioteca. O projeto de substituição de luminárias públicas por iluminação led era uma realidade transversal ao concelho, permitindo uma mais eficiente iluminação e uma maior cobertura de trajetos iluminados, razão pela qual o aumento dos custos energéticos não estava a ser

sentido pela autarquia. Juntamente com os municípios da CIM Cávado, foi possível antecipar as medidas governamentais, dividindo-se as medidas em duas categorias: em edifícios, escolas e instituições sob gestão municipal; iluminação pública. Para o efeito, tinha sido nomeado um gestor de energia com a missão de implementar medidas como: nos ditos edifícios, a temperatura interior não devia ser inferior a vinte e sete graus no Verão e superior a dezoito graus no Inverno; as portas e janelas com acesso a áreas exteriores deviam permanecer ligados durante o funcionamento do sistema de climatização; utilização preferencial de luz natural; utilização de termómetros para aferir a temperatura interior; desligação das luzes dos edifícios até às vinte e duas horas e da iluminação de faixas, lonas, estandartes publicitários e cartazes na via pública à mesma hora; regulação da temperatura da água das piscinas cobertas para vinte e seis graus e ajustamento da temperatura ambiente para vinte e oito graus; regulação do caudal das torneiras e chuveiros; ajuste dos horários e dos níveis da iluminação pública; redução do número de pontos de iluminação pública ativos e desligação da iluminação cénica a partir das duas horas. A realidade convocava toda a gente a estar atenta às alterações climáticas e a situação geopolítica da Europa criara maior instabilidade e inflacionamento dos preços dos combustíveis e da energia, pelo que todos tinham responsabilidades e os membros do Plenário tinham de ser agentes ativos da mudança para um planeta mais amigo do ambiente, começando pelos seus atos, pelas suas casas e locais de trabalho, concorrendo, assim, para a sustentabilidade ambiental. ----------
-----Maria José Gomes, do PSD, sustentou que o seu partido se congratulava com a abertura do ensino superior no concelho, fruto de um protocolo de cooperação entre o Município de Vila Verde e o IPCA. Este polo do IPCA, em Vila Verde, oferecia formação a nível de cursos técnicos superiores profissionais, disponibilizando, nesta fase inicial, cento e cinquenta vagas para seis cursos: Aplicações Móveis; Apoio à Gestão; Desenvolvimento Web e Multimédia; Redes e Segurança Informática; Marketing Digital e Social Media; Refrigeração e Eficiência Termoenergética. Este polo do IPCA ficava situado nas instalações do ex-IEMinho que o Município de Vila Verde tinha adquirido neste mesmo sentido. Os cursos estavam vocacionados para as necessidades das empresas, almejava-se que viesse a ser reconhecido pelos jovens, famílias e empresas instaladas e que atraísse outras empresas. Além do IPCA, o edifício iria ainda ser sede da Academia "Cisco" que tinha como filial na área da certificação, no norte do país, apenas o IPCA. Esta empresa era líder em tecnologia e informação a nível mundial e a sua principal atividade era o oferecimento de soluções para redes e comunicações, tanto na fabricação como na venda. Certificava na área da cibersegurança, aberta não só a estudantes, mas a qualquer pessoa que quisesse certificação pela empresa americana. Esta qualificação digital era imprescindível para o progresso das empresas e para a capacidade de alavancar a tecnologia para as

competências e os recursos, levando a uma maior qualificação da força de trabalho e contribuindo para um novo modelo económico que permitisse a cada indivíduo aprender a trabalhar a partir de qualquer lugar. O Município e a sua presidência estavam de parabéns pela preocupação com a formação educacional dos jovens e com o aumento das suas opções de futuro, tal como pela preocupação com o sucesso do tecido empresarial, criando oportunidades de negócio de maior valor acrescentado, mas também desafios no tocante ao nível de competência dos colaboradores. A receção aos alunos do IPCA tinha já lugar no dia quatro de outubro. ----------

-----Nuno Queirós, do PSD, interveio para efetuar um balanço do primeiro ano de mandato dos órgãos de poder municipal. Referiu que, no próximo dia quinze de outubro, os órgãos de poder local do município, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, iam completar o seu primeiro ano do mandato em curso, sendo, por conseguinte, oportuno fazer um balanço do mesmo, permitindo aos principais interessados, os cidadãos de Vila Verde, avaliar a execução política e o alinhamento da mesma com os programas eleitorais levados a sufrágio há sensivelmente um ano. A sua intervenção resumia-se a cinco palavras: concretização, realização, rede, pesar e confiabilidade. No atinente à concretização, por melhores intenções que existissem, uma obra não cumpria o seu desígnio até que se concretizasse. Esta câmara recebera uma forte herança de obras em curso, fruto de uma dinâmica de gestão muito meritória do anterior executivo, mas este tipo de heranças tinha tanto de aliciante como de perigoso, porque tinham de ser concluídas e isto limitava a liberdade de ação dos novos governantes. A verdade é que tinha havido continuidade e isto também significava estabilidade. Neste capítulo, tinham sido concluídas inúmeras obras, entre as quais a ponte pedonal do Rio Homem, a requalificação dos largos Largo Antunes Lima e Comendador Sousa Lima, em Prado; o Museu do Linho, o arranjo exterior do Pavilhão da Portela do Vade, as ruas Luís Vaz de Camões, em Vila Verde, e Dr. João Lobo, em Barbudo (antiga Rua 25 de Abril); obras de saneamento em Prado S. Miguel, Lanhas, Sabariz, Esqueiros, Lage, Carreiras, sendo estes alguns exemplos de concretização neste espaço de um ano. Mas havia muitas iniciativas novas que comprovavam a dinâmica de realização desta câmara. No âmbito da realização, conveio que, no programa eleitoral, haviam sido assumidos compromissos estruturantes, tendo sido assumidas como prioridades áreas como o crescimento económico, a inovação e o emprego; a ação social; a educação; a saúde; a cultura, o desporto e lazer; a infância e juventude; o turismo cultural e de natureza; o desenvolvimento rural, agricultura e florestas; as vias de comunicação e acessibilidades e a proteção civil. Um ano volvido, era difícil encontrar uma prioridade sobre a qual não tivessem sido desenvolvidas ações muito concretas, como eram os casos de: pagamento dos livros do primeiro ciclo; vale + nascer Vilaverdense; polo de Ensino Superior do IPCA; equipa SOS; habitação Social;

pagamento de cinquenta por cento da Sanidade Animal; definição do Plano Diretor Agrícola; requalificação de vias; aumento de cinco quilómetros de rede de águas; aumento de quatro quilómetros na rede de saneamento; reforço da dotação para manutenção e limpezas, sem esquecer um conjunto de iniciativas que estavam atualmente em curso; a saber: transformação digital; centro de saúde do Pico de Regalados; casa dos saberes e sabores; centro interpretativo do artesanato; adega cultural, ecovia Cávado-Homem; trilhos da Nóbrega; ciclovia urbana; projeto cultura para todos e outros diversos projetos culturais em curso. No ponto que denominou rede, reportou-se ao trabalho em rede, sustentando que o corrente ano havia sido desafiante neste capítulo. Desde logo, porque tinha sido o ano em que se começaram a concretizar as transferências de competências para os municípios e para as freguesias. Todos sabiam que que este era um processo "tudo menos pacífico", com inúmeras lacunas e falhas que já haviam sido debatidas nesta Assembleia e que tinham causado as mais diversas reações por parte de múltiplos municípios, bem patentes nos meios de comunicação social. Independentemente de todas estas dificuldades, o Município de Vila Verde conseguira levar à prática todos os processos de transferência de competências, garantindo a total estabilidade e o funcionamento perfeitamente fluido dos diversos serviços abrangidos. Endereçou uma palavra às Juntas de Freguesia que aceitaram convictamente as suas novas missões, as quais tinham desempenhado com total comprometimento e incomensurável empenho. Esta integração e complementaridade entre entidades era um excelente exemplo de trabalho em rede e dos bons resultados que se conseguiam quando todos estavam comprometidos em realizar as suas funções com excelência. No que se prendia com o quarto ponto - "pesar" -, o mesmo era para relembrar o pesar dos últimos tempos vividos. Este ia, seguramente, ser o ano em que esta Assembleia votara mais votos de pesar num tão curto espaço de tempo. Não podia fazer o balanço deste ano sem relembrar as pessoas próximas desta Assembleia, com as quais tinham deixado de poder conviver. Relembrou o dr. João Lobo, entre muitas funções, ex-Presidente desta Assembleia; o Sr. João Correia, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Cervães; o Sr. Vítor Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Turiz, e o Sr. José Dias, Presidente da Junta Freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar. Ficava o reconhecimento por, entre todas as qualidades humanas, a dedicação que todos eles haviam emprestado à causa pública e às suas terras. No ponto - confiabilidade -, referiu que mudava um pouco de tom, até porque as individualidades aqui lembradas eram obreiros da democracia; quis terminar com a palavra confiabilidade para descrever esta Assembleia. No poder político, em prol da confiança que era depositada nos membros do Plenário pelos cidadãos, era imperativo que os eleitos cumprissem as suas promessas, fossem eles os eleitos para liderar os órgãos ou aqueles que tinham sido escolhidos para a nobre função de fiscalizar a gestão.

Não havia maior vínculo de promessas do que os programas eleitorais. A votação dos cidadãos definira o equilíbrio destes programas e faltar aos mesmos era falhar com a confiança depositada. Em oposição, defender os seus programas era a obrigação legítima de cada um dos que compunham os órgãos executivo e deliberativo. Apesar de não ter presenciado os mandatos passados, poderia arriscar em dizer que esta seria, talvez, a Assembleia mais produtiva que Vila Verde já conhecera. Durante este ano, haviam assistido a participações muito ativas de todas as bancadas na defesa das suas ideologias, sem ataques pessoais, embora acutilantes nos seus objetivos; sem agressões verbais, ainda que com afinco. Tinham visto intervenções a defender a pluralidade, a promover a igualdade, a defender as suas gentes, a exigir mudanças de políticas locais e nacionais, a desafiar para assuntos de interesse público, a lutar pelos direitos das crianças, a apelar à defesa das minorias, a discutir assuntos económicos, pelo que todos deviam estar orgulhosos pela elevação e elegância que tinham pautado as discussões neste plenário. Era assim que se fazia a democracia: com pluralidade, com diferentes opiniões, mas dentro do respeito mútuo, porquanto não havia maior ataque à democracia do que a falência de ideias por parte de quem representava o povo, assim devendo continuar até ao final do mandato. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal, reportando-se à intervenção de Pedro Araújo, considerou que Carlos Pedro já tinha praticamente respondido a essas questões. Ainda assim, relembrou que, relativamente ao Natal, iriam iluminar as ruas e as praças, mas deviam ter o cuidado de, pelo menos, à uma hora da manhã, desligar essas lâmpadas. Sobre a iluminação pública, a questão ia ser ponderada e, se necessário, poderia ser desligada durante determinado período da noite. O projeto de substituição de todas as lâmpadas que ainda não eram led estava em vias de conclusão, viria ao Plenário e ia também contemplar tecnologia tendente a diminuir a frequência/intensidade dessa iluminação. O 20/30 tinha como um dos eixos prioritários a eficiência energética. Tudo o que pudessem fazer para que os edifícios públicos e a ETA onde faziam as captações de água, o maior consumidor de energia no concelho – quatro motores potentes, sendo que, em média, o custo era de dez mil euros, mas ascendia agora a um valor superior a trinta mil euros mensais – tivessem maior eficiência energética ia ser feito, nomeadamente a colocação de painéis solares. Sobre a intervenção de Emanuel Machado, a Edil não percebia onde faltava a clareza, porquanto o assunto já havia sido ali trazido. Asseverou que respeitavam a autonomia de cada freguesia e união de freguesias, estando as mesmas a ponderar se ficavam juntas ou se se separavam. Até ao momento, apenas a Presidente da União de Freguesias de Pico de Regalados, Gondiães e Mós havia mostrado que existiam desenvolvimentos relativamente a esta matéria, o processo estava a seguir e, quando chegasse ao Município, percorreria o respetivo caminho. Neste momento, não era a Presidente de Câmara que ia andar a bater à porta

dos Presidentes de Junta a perguntar o que os mesmos estavam a fazer. Se e quando os edis entendessem ponderar a eventual separação de freguesias, seriam eles mesmos a fazer chegar tal matéria ao Município. Respeitava integralmente quer a união quer as freguesias que estavam constituídas. No atinente ao lixo, fez referência ao intensivo trabalho de sensibilização encetado. Nas escolas, eram já anos e anos de campanhas, nomeadamente o Escola + Verde e as atividades diárias a este nível. As escolas e as crianças faziam um trabalho extraordinário e visível. Haviam feito campanhas na Rádio Voz do Neiva, enviado folhetos para todas as casas, publicado nos jornais e, a este nível, não sabia mais o que fazer. As contraordenações estavam a acontecer, uma das quais na freguesia de Soutelo, sempre que estes atos de prevaricação fossem visíveis. O Município tinha um serviço gratuito de recolha de monstros e monos; as equipas iam à casa das pessoas e levantavam este tipo de material, no entanto, deparavam, todos os dias com prevaricações. Ainda esta semana haviam ido a Cervães e Cabanelas buscar sofás e muitas outras coisas que estavam junto dos ecopontos. Muitas vezes, os ecopontos estavam vazios e à volta dos mesmos criava-se uma lixeira monumental. Assistia-se também à colocação de lixo fora de horas e a equipa SOS ainda há pouco tempo havia colocado em todos os contentores a referência quer à coima que podia ser aplicada quer às horas e dias de colocação do lixo, mas, mesmo assim, as situações de incumprimento abundavam. A empresa estava a fazer um trabalho muito para além do que tinha sido contratualizado, estando a recolher muito mais toneladas de lixo. Estavam a pensar fazer algum reequilíbrio económico-financeiro, pois, além do número muito superior de toneladas de recolha relativamente ao acordado em dois mil e catorze, também os salários e os custos de energia/combustível não eram os mesmos. Também já estava a ser trabalhado um novo contrato, contemplando novos circuitos, novas recolhas e maior periodicidade. Tudo isso ia ser acautelado neste novo concurso. O tempo restante era bem necessário para que o concurso fosse bem feito, correspondesse a todos os desafios e à realização do serviço por todo o concelho. Haviam colocado mais ecopontos, tinham cem para colocar muito brevemente, estava, desde maio, a funcionar um novo camião que tinha capacidade para vinte metros cúbicos e implicara um investimento, por parte da empresa, de duzentos e setenta e seis mil e quinhentos euros e que viera reforçar o trabalho, nas freguesias, no período de Verão, pois muitas duplicavam e até triplicavam a população. Na Braval, um período com falta de motoristas havia suscitado alguns problemas de recolha, o que reclamou a tomada de medidas e a exigência de uma recolha mais atempada. Este trabalho era realizado com muita proximidade junto das juntas de freguesia. Muitas vezes, a recolha era feita por uma só pessoa que ia no camião, usava a grua para despejar o lixo e iam embora, não saindo do camião, pelo que, nesses casos, eram as equipas municipais e as juntas de freguesia que limpavam toda uma quantidade de lixo que ia sendo colocado à volta dos

ecopontos e dos caixotes de lixo. Ia prosseguir esta linha de atuação contra aqueles que sistemática e visivelmente prevaricavam. Relativamente à intervenção de José Duarte, a Edil referiu que tinham tido dois dias terríveis em matéria de incêndios, particularmente no norte do concelho, mas também situações no Sul; haviam ardido cerca de quinhentos hectares de floresta, mas os bombeiros tinham tido um papel extraordinário. A equipa de comando deslocara-se para Vila Verde, toda a Proteção Civil havia estado muito envolvida, pelo que o agradecimento era feito aos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, mas extensivo às unidades e corporações que, de uma forma extremamente solidária, tinham vindo para Vila Verde e ajudado a combater os incêndios, assim como aos presidentes de Junta e à população em geral, pois todos se havia disponibilizado a ajudar conforme podiam. Também as autoridades tinham feito bem o seu papel, tendo a Polícia Judiciária apanhado um prevaricador que se encontrava em prisão preventiva. Esperava que estas situações não se repetissem, porque eram a floresta, o ambiente e o concelho que estavam em risco. Em relação à intervenção de Nuno Queirós, a quem agradeceu, aproveitou pata agradecer também a todos os membros das autarquias e desta Assembleia este ano de um trabalho produtivo e que assim continuassem, nos próximos três anos, sempre a defender o progresso de Vila Verde e o bem-estar dos Vilaverdenses. ----------

-----O ponto 4.1. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----Ricardo Cerqueira, em declaração de voto, afiançou que o Bloco de Esquerda estaria sempre presente no apoio a iniciativas como esta que levassem a sério as populações que vivessem na pobreza ou no seu limiar. Em dois mil e vinte, nove vírgula cinco por cento dos trabalhadores portugueses viviam abaixo do limiar da pobreza, a atual inflação galopante estava a agravar este problema que expunha de uma forma ainda mais dramática as pessoas do topo e da base demográfica. O BE esperava que as equipas para implementação deste apoio tivessem as condições técnicas e em matéria de recursos humanos, para serem céleres. Era também necessário acompanhar eventuais obstáculos burocráticos que o presente regulamento viesse a constituir na atribuição dos devidos apoios. Assinalou ainda a contradição desta Assembleia que, após ter recusado a atribuição de tarifa social de água automática, agora aprovava o presente regulamento. Assinalou que a maioria deste órgão tivesse neste dia optado por apoiar os munícipes, mas apenas quando estes já haviam trocado a tristemente comum aflição da muita força para pouco dinheiro pelo desespero. ----------

-----O ponto 4.2. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----O ponto 4.3. foi aprovado por maioria, com sessenta e dois votos a favor e uma abstenção. ----------

-----Ricardo Cerqueira, em declaração de voto, referiu que o apoio à habitação dos jovens e não só era uma medida que acompanhavam. A isenção que, neste caso,

também se aplicava ao IMT, era algo que chegava não apenas a pessoas carenciadas, acabando por retirar recursos ao Município. A abstenção prendia-se com este aspeto, julgando ser mais útil aumentar os apoios ao arrendamento, até porque, pelos jovens que conhecia, não havia muitos com condições, neste momento, para adquirir uma casa. -----No ponto 4.4., Ricardo Cerqueira considerou que as mulheres eram uma maioria social historicamente sujeita a discriminação, a qual existia porque eram ainda uma sociedade machista e patriarcal e se adensava sempre que uma mulher pertencia a uma minoria étnica, tinha uma deficiência, era lésbica ou trans, se fosse pobre, mãe que trabalhava, mãe que estava grávida ou que procurava um emprego. Nos primeiros meses deste ano tinham já morrido dezasseis mulheres vítimas de feminicídio e todos os anos crianças ficavam órfãos de mãe porque a mesma havia sido morta pelo seu pai. As autarquias podiam e deviam ter um papel determinante no apoio às mulheres, assim como deviam trabalhar para que as mulheres se sentissem seguras onde bem quisessem estar. Assim, o BE ia votar este documento favoravelmente, mas o que ia fazer diferença era a sua aplicação sem mácula e a capacidade política de pensar radicalmente e com coragem a transformação de que este concelho precisava. ----------
-----António Rodrigues, do PSD, conveio que, no âmbito da discussão e votação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, deviam realçar alguns aspetos que julgavam ser de elementar justiça. Em primeiro lugar, destacar o facto de ser um plano com uma conceção muito feliz, pois havia sido um processo muito participado feito com os contributos daqueles que deviam fazer a diferença no que respeitava à igualdade e à não descriminação, isto é, pela sociedade e por quem se devia preocupar com a igualdade e a não descriminação; depois, a sua transversalidade, porque conseguia envolver, no essencial, a diversidade dos aspetos relacionados com a igualdade e a não discriminação, quer pela idade, a origem étnica, a deficiência, a nacionalidade, a orientação sexual, a identidade e a expressão de género, o local de residência, entre outros. Dava especial atenção à prevenção da violência de género e à violência doméstica, dois problemas que urgia abolir da sociedade. Era um documento tecnicamente muito bem elaborado e bastante completo. Por tudo isto, deviam apresentar aos responsáveis pela sua construção e elaboração, aos técnicos do Município, os parabéns. ----------
-----O ponto 4.4. foi aprovado por unanimidade. ----------
-----No ponto 5. - apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira - não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----No ponto 6. - período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------

-----No ponto 7 – período de intervenção aberto ao público -, não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------

-----A minuta da ata da reunião de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e três, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. ----------

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou apresente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. --

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois. ----------

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário